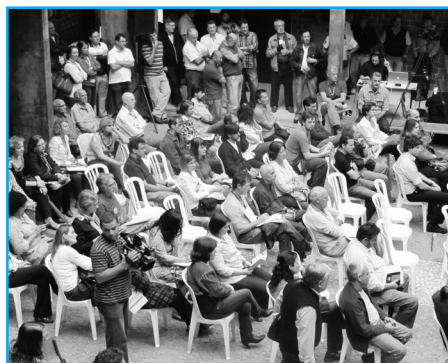


Após votarem pelo fim da greve, professores da UFSC defendem início das aulas para dia três de setembro

Página 5

Fotos: Clodoaldo Volpato/ Apufsc



Governo Federal afirma que não pretende reabrir negociações salariais com professores

Página 5

Servidores Técnico-Administrativos da UFSC votam por continuidade da greve

Página 5

Confira editorial com a posição oficial da Apufsc a respeito da greve dos docentes

Página 4

ESPECIAL OPINIÃO

Professores de diversos departamentos manifestam suas impressões sobre a greve na Universidade

Páginas 2,3,4,6,7 e 8

OPINIÃO

A greve na UFSC: uma grande lição

Waldir José Rampinelli*

As greves comandadas pela “velha Apufsc”, em sintonia com os docentes de todo o país, foram de fundamental importância para criar uma carreira nacional do magistério superior; para permitir o ingresso na universidade por meio de concurso público, garantindo a estabilidade no emprego; para conseguir a dedicação exclusiva; para estabelecer a aposentadoria integral; para assegurar maiores investimentos na educação pública; e para manter a universidade pública, gratuita e comprometida com a maioria de sua população. “A Universidade”, afirmava Raul Guenther, “não foi privatizada, a Universidade não foi destruída devido à luta e à mobilização destas categorias. Por isso, quando a gente pensa na greve como forma de luta, nós temos que pensar nessa perspectiva histórica”. Aquelas greves foram verdadeiras análises da realidade política local e nacional, das quais participavam não apenas a comunidade universitária, mas parte significativa da população de Florianópolis. “Universidade na Praça”, com os docentes dando aulas às pessoas que se aglomeravam para ver e conhecer a produção de conhecimento feito na UFSC; outdoors, espalhados pela cidade, informando a todos os objetivos da luta do sindicato com frases tais como “querem matar a universidade, não permitiremos” ou “se o governo topa tudo por dinheiro, nós não”; passagem pelos municípios que rodeiam a capital, entregando documentos aos prefeitos e às câmaras de vereadores, quando não com a oportunidade de divulgá-los à população nos finais das missas dominicais, foram apenas algumas das estratégias dos comandos locais de greve. Para tanto, “grandes caminhadas”, afirmam Célio e Marli, “foram realizadas da Universidade até o centro da Capital. As escadarias da Catedral Metropolitana e adjacências foram palco, por várias vezes, da exposição pública das demandas do Movimento Docente. Nas esquinas mais movimentadas, ampla panfletagem era realizada. Na Praça XV de Novembro, em meio ao público, professores tratavam de realizar dadas atividades, divulgando, assim, realizações da UFSC”. Na sede da “velha Apufsc” havia um movimento constante de pessoas quase que 24 horas diárias com reuniões, com feitura de cartazes e, principalmente, com elaboração de documentos que serviam para aprimorar o debate, não apenas por aqui, mas em todos os sindicatos do país. Exercia-se um protagonismo nacional, tanto que o primeiro presidente da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior foi o professor da UFSC Osvaldo Maciel. Quando o governo afirmava categoricamente que havia feito a última proposta aos grevistas e que se negava a manter aberta a mesa de negociações, as lideranças redobravam o trabalho e quase sempre se abriam novas perspectivas de diálogo. Foi assim, com muita luta e muita resistência, que se tornaram realidade algumas de nossas conquistas históricas. Diferentemente de todas essas lutas anteriores e aproveitando-se de mudanças de conjuntura, do novo perfil de docente que passou a entrar na universidade e de equívocos cometidos pela “velha Apufsc”, surge um movimento conservador, com alguns componentes fascistas, que vai desembocar na “nova Apufsc”, abandonando totalmente a concepção de sindicato de luta, de resistência e de classe. No entanto, nem de resultado se tornou a “nova Apufsc”, pois a recuperação da URP tão prometida, e até assegurada em conversas privadas por seu primeiro presidente, Armando de Melo Lisboa, não se concretizou. A grande realização deste sindicato foi a de levar a sede da associação para dentro de um shopping na Trindade, afastando a diretoria do contato direto com os professores. Nas palavras de Saramago, talvez se goste tanto de lá que suas cinzas sejam, um dia, espargidas pelos corredores das lojas. A

primeira greve comandada pela “nova Apufsc” foi um desastre total, já que o comando local, juntamente com a diretoria, sempre esteve contra a própria greve. Dos três integrantes, muitas vezes estavam dois na sede da associação e, literalmente, atabalhoados, perdidos, soltando palavras ao vento. Não bastasse isso, não produziu nenhum documento relevante sobre este movimento, que se espalhou rápido e forte em todo o país; não soube conduzir as assembleias analisando e relatando a conjuntura nacional dos docentes, tanto que (pasmem!) as redes de televisão davam mais informações que o próprio sindicato; não manteve contato direto com as universidades para avaliar com outros dirigentes a situação no Brasil, buscando um quadro fidedigno à realidade; não teve a visão histórica, característica dos grandes líderes, de superar suas desavenças raiosas com o Andes-SN, antepondo a qualquer divergência os interesses primeiros da categoria dos professores; não buscou equilíbrio emocional para administrar posições divergentes quando as mesmas surgiram; não repassou todas as informações de que dispunha, sonogando aquelas que não lhe interessavam; não praticou a democracia nas assembleias, ao encaminhar propostas de acordo com seus interesses, chegando a interromper uma AG abruptamente; enfim, o comando local de greve não soube conduzir o movimento que representava a categoria dos docentes e ficou extremamente satisfeito quando a greve chegou ao seu final. A grande lição desta greve fracassada na UFSC – e forte em quase todo o país – é a constatação da necessidade urgente de superar este sindicalismo de maus resultados, de atitudes autoritárias, de isolamento cada vez maior e que representa cada vez menos a categoria dos docentes. O que chama a atenção é o número aproximado de 500 professores que entraram na UFSC nos últimos concursos realizados e não se filiaram à “nova Apufsc”, apesar de representantes desse sindicato terem feito proselitismo, à convite da gestão Prata-Paraná, quando do encontro dos novatos para informações sobre a universidade no auditório da reitoria. Além disso, esse sindicato aposta na despolarização dos filiados, eliminando os seus antigos instrumentos de publicação, como revistas, jornais e programas no rádio e na TV; não se relaciona com outros movimentos da cidade e da região; compra imóveis de alto valor sem consultar os filiados, realizando, a meu juízo, operações perigosas; viola o próprio Estatuto ao se dar conta de que a criatura se voltou contra o criador; envergonha a categoria ao representá-la nos eventos oficiais, como no discurso de um membro da diretoria na posse da nova administração da UFSC, parecendo-se o mesmo muito mais a um pastor que a um professor; enfim, tocamos no fundo do poço no que se refere a um sindicato de docentes de ensino superior. É hora de pensarmos em uma mudança radical nesse sindicato que escapou das mãos dos conservadores, tornando-se cativo de uma nova direita, para que ele possa representar decentemente todos os seus filiados. Afinal, somos responsáveis por este arremedo que se criou, quer com o nosso consentimento, quer com o nosso voto, quer com nossa omissão. Lembro que a gestão Prata-Paraná apoiou entusiasticamente a criação da “nova Apufsc” por meio de seu chefe de gabinete, assinando a postulação dessa associação. Agora, parte do neopraticismo, envergonhada da criatura gerada mas sem fazer autocrítica, ou foi para a oposição à “nova Apufsc” ou se filiou ao Andes-SN da UFSC.

É hora de construir um sindicato nacional, democrático, representativo, livre e libertador de sua categoria na UFSC.

OPINIÃO

O que ficou claro com esta greve

Paulo C. Philippi*

Esta greve surpreendeu a base de apoio da Nova Apufsc no meio do caminho para a construção de uma federação. Daí, apesar de reconhecer a legitimidade dessa greve e de uma parte entre nós ser favorável à greve, nossa aparente indisposição em seguir os rumos de um movimento liderado por uma entidade com a qual vivemos em permanente conflito, tanto político quanto jurídico, considerando ainda a impossibilidade que nos foi imposta de estarmos à mesa de negociação do governo.

Mas, algumas coisas ficaram muito claras neste período de greve, ao menos para as pessoas que apostam numa organização federativa de sindicatos independentes.

a) A federação não pode, definitivamente, ser o Proifex-Federação do Gil Vicente e Eduardo Rolim. Esse Proifex deixou muito aparente o que veio fazer no sindicalismo.

Já em novembro de 2011, a Apubh, entidade fundadora do Proifex, decidiu a sua desfiliação. No Ceará e em Mato Grosso do Sul haverá plebiscitos no final de agosto para decidir a desfiliação ao Proifex. Na Bahia, os professores em assembleia pediram a destituição da Diretoria, o que só foi evitado com um mandado de segurança. Em Goiás, uma grande parcela dos docentes está insatisfeita com a atual Diretoria, em função de seu intransigente apoio à cúpula do Proifex.

b) Há, portanto, uma perspectiva ou de algumas desfiliações do Proifex-Federação ou de uma profunda mudança em sua estrutura de poder. No primeiro caso, nenhuma dessas entidades optará por perder a sua independência e retornar aos braços da Andes e passarão a ser, independentes, como nós e como a Apubh (e, em breve, a Adunifei). E o Movimento Docente Independente e Autônomo (MDIA) está aí como uma associação para que essas entidades conversem entre si o que fazer como Movimento Docente, pensando em ações mais duradouras e mais consequentes do que greves periódicas que mal recompõem as nossas perdas salariais.

c) Por mais que alguns colegas, filiados à Apufsc, tenham sido ativos na tentativa de buscar uma reorientação do sindicato em direção à Andes, aproveitando-se da legitimidade desta greve e a grande adesão nacional que ela teve (sob a liderança da Andes) e por maiores que tenham sido os erros e as "trapalhadas" que rolaram durante todo o processo aqui na UFSC (e foram muitas), os associados deixaram muito claro, nas urnas, que não sentem saudades da Andes. Que preferem que as questões da proposta do governo continuem não resolvidas a voltar para os braços do SN. Além disto, arrisco a dizer que a grande maioria da categoria aqui na UFSC (não só os associados) apoia a forma como as nossas questões são deliberadas na Apufsc. Cento e quarenta e oito professores não-sindicalizados votaram na sede em nossa última assembleia, nove colegas assinaram as suas fichas de inscrição e vários outros levaram as fichas de inscrição consigo.

d) A questão do direito de voto dos não-sindicalizados e os pareceres que se seguiram deixam muito claro que não há espaço para mais de um sindicato em uma mesma base territorial. A categoria dos professores das universidades federais de Santa Catarina é representada pela Apufsc-Sindical e mesmo os colegas que não estão sindicalizados são representados por ela e votam em decisões de greve. Todo o resto é ilegal. Nossos colegas do "clube" podem se

reunir, podem ter a sua associação, podem ter as suas assembleias, mas não têm o direito de convocar uma greve. E, em minha opinião, é esta a hora e vez da Apufsc reunir todos os documentos que comprovam a repetida interferência da Andes em nossa base e mover um bem fundamentado processo jurídico na justiça do trabalho contra o "clube".

e) Para quem acha que é possível conviver apenas com o debate político com o "clube", respeitando-se as diferenças, em uma reportagem publicada em 17 de agosto, no Estadão, o Paulo Rizzo, Presidente do Clube e Diretor da Andes, diante da decisão em 16 de agosto da categoria (959 professores da UFSC, sindicalizados e não-sindicalizados) de terminar a greve declara que:

"Não é possível fazer essa afirmação. Vamos ter de esperar a assembleia. Não houve ainda uma decisão sobre o assunto".

Uma notícia importante também para quem acredita em pluralidade sindical em uma mesma base. O Rizzo demonstra, com isso que, além de não respeitar as leis e a constituição, ignora (mais uma vez) a vontade de toda a categoria, aqui na UFSC.

Como em 2009.

Coloca-se não só à margem da lei, mas nega e despreza a decisão democrática da categoria. Que não quer e nunca quis a tal da "unidade". Que "unidade" em boca de pessoas que defendem o centralismo-democrático como o Rizzo e Adjacências acaba sempre em "figura de retórica".

Uma notícia certamente de grande interesse para os colegas admitidos na UFSC após 2009 e que não entendem as razões desse conflito e da existência do "clube".

Perspectivas

É importante que distingamos duas coisas. O governo tem o prazo de 31 de agosto para enviar a sua Lei de Orientações Orçamentárias (LOA) para o Congresso, mas não tem prazo para enviar o seu projeto de lei sobre a carreira. O orçamento dificilmente vai mudar: 4.2 bilhões a mais parcelados em 2013-2015. Mas o PL da carreira não tem prazo. E, durante a discussão do PL no congresso precisaremos estar ativos, termos uma Frente Parlamentar Suprapartidária formada e uma contra-proposta na mão.

Há questões não-resolvidas ou não esclarecidas na proposta do governo: I) falta de critérios consistentes nos degraus salariais, II) reenquadramento dos aposentados como Adjunto IV, III) garantia de direitos em uma mudança de carreira, IV) forma de ingresso na carreira, especialmente para professores com Doutorado e com experiência de vários anos atuando em universidades privadas, estaduais ou mesmo estrangeiras.

Além disso, estamos assistindo a um processo de expansão da universidade (Reuni) que coloca a universidade Brasileira em uma perspectiva de criação de colégios de terceiro grau, pondo em risco o conceito de universidade que é preciso implementar no Brasil.

Todas essas questões podem ser negociadas, mas exigem uma ampla discussão, o apoio da sociedade e dos estudantes e um intenso e constante trabalho de base junto aos nossos parlamentares.

A questão do ingresso não é uma questão que o governo possa resolver, pois exige um Projeto de Emenda Constitucional (PEC) e a questão dos aposentados exigirá uma batalha do sindicato junto ao judiciário.

continua >>

OPINIÃO

Da mesma forma, para que não haja risco de perdas de direito, a nova carreira precisa continuar regida pelo Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE) instituído pelo DL94664 de 1987 que o governo não revogou, mas que, presentemente, o ignora.

A Apubh tem uma proposta que vem sendo discutida há vários anos em seu âmbito e que reestrutura a carreira, mas mantém a legalidade e a validade do PUCRCE e poderia ser um bom ponto de partida para a discussão de uma contra-proposta.

Tivemos, recentemente, a aprovação pelo congresso dos 10% do PIB para a educação, significando o resultado de vários anos de trabalho envolvendo sindicatos, organizações não-governamentais, entidades de classe e outros setores organizados da sociedade. Apesar da resistência e descrença do governo na viabilidade desta

meta, alguns colegas defendem que uma parte destes recursos poderia vir da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), destinando uma parte de suas metas com o superávit primário para investimentos em educação. Isso já foi feito para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). “Justificativas não faltam para dar a educação o mesmo tratamento. Segundo o Comunicado do IPEA N. 75, de fevereiro de 2011, nenhum gasto público social contribui tanto para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) quanto os que são feitos em educação e saúde” (Remi Castioni, Informativo Adunb de 27/06/2012).

* Diretor de Divulgação e Imprensa da Apufsc

EDITORIAL

A posição da Apufsc-Sindical sobre a greve

Em Assembleia realizada nos dias 15 e 16 de agosto, os professores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), decidiram pelo fim do movimento de greve. No primeiro dia, em um debate amplo, participaram 199 professores e, no segundo dia, 959 compareceram às urnas para votar pelo fim ou não da paralisação. Desse total, 534 (55,7%) optaram pelo fim e 418 (44,3%) pela continuidade, ou seja, com uma diferença de 116 professores, a greve foi encerrada.

O comparecimento às urnas significou a participação de 50% dos professores da UFSC, que se encontram na ativa, no processo de decisão.

No âmbito nacional a Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra) decidiu, no dia 22, pelo fim da greve da categoria, aceitando a proposta governamental. Decisão não acatada pelos Servidores Técnico-Administrativos da UFSC durante Assembleia realizada no dia 23 de agosto.

O Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina (Apufsc-Sindical), com base na reunião realizada em dia 22 de agosto com o Conselho de Representante, encaminhou, através de ofício dirigido a presidente do Conselho Universitário (CUn), uma proposta solicitando que os conselheiros apreciassem, durante reunião extraordinária convocada para o dia 23 de agosto, a sugestão de calendário acadêmico com início no dia três de setembro, observando a particularidade de cada Centro e respectivos Departamentos. No entanto, concluída a reunião do Conselho Universitário, realizada no auditório da UFSC e com uma ampla participação de estudantes, ficou decidida a convocação de nova reunião no próximo dia 29 do corrente para decisão, então, do calendário acadêmico.

A suspensão do Calendário aconteceu na reunião do CUn do dia 23 de julho. Uma decisão inusitada de uma instância institucional que, desta forma, assumiu a greve sobre si e que agora se vê diante de uma armadilha decorrente de sua própria decisão. As circunstâncias exigem a retomada de atividades na UFSC, ca-

bendo ao CUn deliberar sobre a proposta da Apufsc de início do calendário acadêmico em três de setembro.

A Diretoria da Apufsc reconhece a situação de precariedade para o funcionamento da universidade e a legitimidade da greve de nossos colegas servidores técnico-administrativos, apoiando-os em suas reivindicações junto ao governo federal. Por outro lado, alerta a comunidade universitária e o CUn para não se deixar conduzir por atitudes protelatórias que tenham como objetivo apenas estender ilegitimamente a greve na UFSC com prejuízos para o ensino, especialmente o de graduação e colocando em risco o prestígio que nossa instituição universitária goza diante da sociedade.

O governo tem o prazo de 31 de agosto para enviar a sua Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o Congresso, mas não tem prazo para enviar o seu projeto de lei sobre a carreira. O orçamento dificilmente vai mudar: 4.2 bilhões a mais parcelados entre 2013 e 2015. Durante a discussão do PL no congresso precisaremos estar ativos.

Há questões não resolvidas ou não esclarecidas na proposta do governo: I) falta de critérios consistentes nos degraus salariais; II) reenquadramento dos aposentados como Associados, Titular, etc; III) garantia de direitos em uma mudança de carreira.

Além disso, estamos assistindo a um processo de expansão da universidade (Reuni), que põe em risco o conceito de universidade que é preciso implementar no Brasil.

Todas essas questões podem ser negociadas, mas exigem uma ampla discussão, o apoio da sociedade e dos estudantes e um intenso e constante trabalho de base junto aos nossos parlamentares.

Essa greve foi, sem dúvida, importante para que o governo reabrisse as negociações e fosse atrás de uma proposta para a categoria. O que não é possível é achar que todos estes nossos problemas possam ser resolvidos em uma única greve. Vamos continuar na luta em defesa dos interesses da categoria e da universidade pública brasileira.

Diretoria e Conselho de Representantes da Apufsc-Sindical

Membros do CR defendem início das aulas no dia três de setembro

O Conselho de Representantes (CR) do Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina (Apufsc-Sindical) reuniu-se na quarta-feira (22), com um quórum de 16 conselheiros. O início do semestre letivo tomou conta das discussões da reunião. Os professores defendem o início das atividades na Universidade no dia três de setembro, estendendo-se até o dia 22 de dezembro. O encerramento do segundo semestre de 2012 ocorreria na última semana de fevereiro de 2013. Os conselheiros também estranharam a não inclusão da discussão do calendário acadêmico na pauta da reunião do Conselho Universitário (CUn), que ocorreu na manhã da quinta-feira (23). Segundo alguns membros do CR, os Departamentos, pelo menos a grande maioria, estão prontos para começar as aulas imediatamente.

Nos encaminhamentos, foi aprovada uma nota de apoio à greve dos técnico-administrativos e outra pedindo que o retorno às aulas ocorra no dia três de setembro, mas levando em conta as especificidades de cada curso. Os membros do CR afirmam que a Reitoria não tem como determinar estas particularidades e que os próprios cursos podem fazer isso. Um ofício com essas propostas foi encaminhado ao CUn e lido pessoalmente pelo presidente da Apufsc, Carlos Mussi, no encontro de



Clotilde Volpato/Apufsc

Durante reunião do CR, realizada na última quarta-feira, professores sugeriram início imediato das aulas

quinta-feira. "Ressalte-se que a proposta está fundamentada em resultado de Assembleia Geral realizada e cujo resultado consagrou a manifestação dos professores de término da greve e retorno às atividades", destaca o documento.

A forma como a Reitoria vem divulgando a greve no site da Universidade também foi bastante questionada durante a reunião. Foi aprovada a elaboração de uma nota, que será encaminhada à administração central, criticando a disparidade nas divulgações. Na

visão dos conselheiros, há mais destaque para o movimento liderado pelo Andes do que da Apufsc, o único sindicato legalmente representante dos professores das universidades federais em Santa Catarina e que já definiu pelo fim da greve.

Na reunião do CUn de quinta-feira, ficou definida a convocação de um novo encontro para o dia 29 de agosto para discutir o calendário para o segundo semestre de 2012. Já as atividades ligadas à pós-graduação serão retomadas imediatamente.

Governo mantém proposta e afirma que não vai reabrir as negociações

Os ministérios da Educação e do Planejamento, Orçamento e Gestão reafirmaram na sexta-feira (24), que não haverá reabertura de negociações relativas à proposta salarial e de carreira docente apresentada pelo governo federal e já firmada pela Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes). Na proposta, o governo busca a valorização da dedicação exclusiva e da titulação dos docentes.

O aumento proposto prevê o mínimo de 25% e o máximo de 40%, a serem aplicados nos meses de março de 2013 (50%), de 2014 (30%) e de 2015 (20%). Fica assegurado, portanto, reajuste mínimo de 13% a partir de março do próximo ano.

Dessa forma, um profissional com doutorado recém-ingressado na carreira

passaria a receber salário de R\$ 8.439,77 durante o estágio probatório. Concluído esse período, chegará a R\$ 10.007,24. Para o topo da carreira — professores titulares com dedicação exclusiva — o aumento proposto é de 40%, o que significa salários superiores a R\$ 17 mil. Para a concessão do reajuste, o governo liberou, no orçamento, recursos de R\$ 4,2 bilhões.

As entidades sindicais que não assinaram o acordo podem fazê-lo a qualquer momento. Entretanto, o orçamento do Ministério da Educação já foi encaminhado ao Ministério do Planejamento com a proposta negociada e está em processamento. Não há possibilidade de reabertura de negociações ou de análise de qualquer outra contraproposta que altere o acordo já assinado. (Fonte: MEC)

STAs deliberam pela continuidade da greve

Os servidores técnico-administrativos da UFSC aprovaram a continuidade da greve da categoria. A deliberação foi aprovada pela maioria dos trabalhadores presentes na assembleia geral permanente realizada na tarde da quinta-feira, dia 23, no auditório da reitoria. Essa deliberação é contrária à orientação que o comando nacional de greve fez às bases, no dia 17, pela saída unificada da greve e aceitação da proposta do governo. Com a decisão do Conselho Universitário da UFSC de transferir a decisão sobre o reinício do semestre letivo, a universidade ainda vive a greve. Na AGP também foi aprovada a participação de STAs nas comissões que farão os estudos para uma possível implantação da jornada de 30 horas na universidade. Pelo acordo com a administração da universidade, serão criadas três comissões: uma para fazer um diagnóstico da atual situação, outra que fará o dimensionamento dos servidores e uma encarregada da coordenação dos trabalhos, divulgação e discussão com a categoria. A próxima assembleia foi marcada para a próxima terça-feira, dia 28, às 14 horas no auditório da reitoria. (Fonte: Sintufsc)

Professor, filie-se à Apufsc-Sindical!

OPINIÃO

A volta dos que não foram

Fábio Lopes da Silva*

Constrangida pela circunstância de a greve estar identificada ao Andes, a diretoria da Apufsc, inicialmente, fez o que pôde para evitar o debate sobre o movimento nacional. Os fatos falam por si: enquanto a greve era objeto de reportagens constantes na grande imprensa, o Boletim da entidade não trazia uma palavra sobre o tema. Mas essa política do avestruz não tinha como durar para sempre: em 20/21 de junho, um mês depois da deflagração do movimento nacional, a diretoria finalmente viu-se obrigada a render-se à força dos acontecimentos, realizando uma AG para tratar de nossa adesão à greve.

O resultado daquela consulta aos professores trai o nível de despolitização e isolamento a que a chamada Nova Apufsc condenou-nos: tudo o que conseguimos foi agendar para 11 de julho a deflagração da greve na UFSC. Em suma, aderimos, sim, à paralisação da categoria, mas só dois meses depois do início do movimento nacional, justamente quando o recesso escolar começava.

Na mesma AG de 20/21 de junho, foi nomeado um Comitê de Mobilização, a fim de preparar e fortalecer a greve vindoura. Entre a data em que o Comitê foi criado e a data em que a greve efetivamente irrompeu na UFSC, passaram-se vinte dias. Não há notícia de que, nesse prazo, o referido Comitê de Mobilização tenha tomado qualquer iniciativa: não se viu nenhuma ação mobilizatória, nenhum mísero texto a respeito da greve, nenhum contato com as instâncias nacionais responsáveis pela condução do movimento e, o que é mais importante, nem mesmo a convocação de reuniões por Centro, a bem de constituir um Comitê de Greve que respeitasse as melhores tradições de organização da categoria na UFSC. Nada. Ou, melhor: nada, a não ser a autotransformação do Comitê de Mobilização em Comitê Provisório de Greve – uma provisoriamente que, a propósito, estender-se-ia até o último dia do movimento na UFSC.

O Comitê Provisório Local de Greve logo revelou-se um continuador da política da diretoria em tempos de normalidade. Com o único fito de impedir o fortalecimento do Andes, o CLG moveu-se a passos de cágado na hora de encaminhar o óbvio: a ida de representantes nossos ao Comando Nacional, instância que não apenas alavancou e sustentou a greve, mas que era também, por razões evidentes, a única capaz de realmente interferir nos rumos da negociação. A idéia de – no dizer de um dos diretores da Apufsc – "não pôr a azeitona na empada do Andes" levou-nos a uma situação ridícula, paroxística, aloprada: permanecemos do começo ao fim da greve a discutir propostas e contrapropostas in abstracto, como se participássemos de um mero exercício acadêmico, sem nenhuma consequência prática possível. A greve mais parecia um simpósio universitário sobre salário e carreira.

Para marcar ainda mais a oposição sectária e radical ao Andes (que, nesse caso, mercê das circunstâncias, era também uma oposição à realidade), a diretoria – sob o silêncio cúmplice do Comitê Provisório de Greve – formou fileiras com o Proifesc. Recordemos a novela em seus detalhes. Um convite da entidade pelega chega à diretoria: esta teria, se desejasse, assento na mesa de negociação (um nome pomposo para a farsa que o Proifesc encenava com o governo, na tentativa de alijar o CNG-Andes – isto é, os professores em greve – do processo decisório). A diretoria – em deliberação

de gabinete, sem a anuência da categoria – prontamente atendeu ao chamado do Proifesc. Ato contínuo, o Proifesc indicou a saída de greve, no que foi imediatamente secundado pelo Comitê Local. A categoria, em decisão apertada, recusou localmente o indicativo. A greve continuou, se bem que perseverou também a inacreditável circunstância que relegava o movimento local à condição de mero simpósio universitário sobre carreira e salário.

Pois bem: o simpósio acabou. Não quero desprezar o fato de que mais de 900 docentes compareceram ao plebiscito que determinou o fim da greve. Mas, convenhamos, não há muito a comemorar nesse número. Nada há de notável no fato de os professores da UFSC, em seu próprio local de trabalho, descerem as escadas (ou o elevador, para os mais cansados ou comodistas), assinarem o nome em uma lista e marcarem um xis na cédula de votação. Só mesmo em um ambiente tão despolitizado e esvaziado quanto o nosso, isso pode ser brindado como um grande acontecimento. De resto, o último ato do CLG – a atribuição de uma única urna aos não filiados, na sede da Apufsc – conspurcou a legitimidade do pleito (é preciso lembrar que a ordem jurídica vigente assegura tratamento idêntico a sindicalizados e não sindicalizados em períodos de greve: ambos têm os mesmos direitos de voz e voto. A desculpa dada pela diretoria da Apufsc para a tal urna única – fazer do plebiscito uma ocasião para que os não sindicalizados conhecessem a sede da Apufsc – é de uma desfaçatez sem tamanho, tanto mais se se considera o fato de que, entre os não sindicalizados, cujo comparecimento ao plebiscito foi obviamente dificultado, contam-se os colegas ligados ao Andes local, que certamente estavam dispostos a indicar a continuidade de uma greve que a diretoria da Apufsc e o Comitê Local de Greve jamais quiseram e que desejavam abreviar a qualquer preço).

Não tenho dúvidas de que a Nova Apufsc deve muito aos governos Lula e Dilma. Eles deram-nos uma certa trégua. Ofereceram-nos reajustes espontâneos até recentemente. Em seguida, quando a greve foi necessária, ofereceram-nos mais ou menos rapidamente um troco cheio de truques deletérios, mas suficiente para salvar as aparências em ambientes desinformados e despolitizados, tais como os que o Proifesc e a Diretoria da Apufsc fomentam. Experiências – que eu preferia chamar de brincadeiras com nossas carreiras e salários – como o MDIA ou essa greve/simpósio acadêmico jamais seriam possíveis sem a pax lulista.

Espero que o PSDB nunca volte ao poder. Mas, se chegar, preparem-se: a porca vai torcer o rabo. Diante de um avatar de Paulo Renato, veremos o quanto valem o isolamento, o radicalismo e o sectarismo anti-Andes que a Nova Apufsc – a custa de expedientes que incluem ilegalidades, golpismo e autoritarismo – está consolidando. Veremos o quanto vale transformar greves em simpósios acadêmicos. Veremos o quanto vale reduzir a atividade sindical a assinar o nome e fazer um xis em um papel.

* Professor do Centro de Comunicação e Expressão

OPINIÃO

Que tu ANDES sozinho

Marcelo Carvalho*

Prof. Fábio, em um texto intitulado “A volta dos que não foram”, demonstra toda sua contrariedade com a forma como a Apufsc conduziu a greve, tecendo críticas tanto à diretoria quanto ao comitê de greve. Tal contrariedade, contudo, parece ofuscar seu discernimento sobre alguns pontos que marcam uma diferença fundamental entre a forma como a Apufsc e o Andes exercem seu mandato sindical. É o que mostrarei a seguir.

O autor afirma que a Apufsc evitou o debate sobre o movimento nacional de greve pelo fato dela estar vinculada ao Andes, e critica a Apufsc pelo fato de só ter iniciado a discussão um mês após o início da greve comandada pelo Andes. Há vários equívocos que precisam ser esclarecidos. Inicialmente, lembramos que a Apufsc, não sendo mais seção sindical do Andes, segue sua própria dinâmica quanto à deliberação de greves, não se sujeitando mais às formas arcaicas e pouco participativas utilizadas pelas seções sindicais do Andes. Assim, conforme consta no regimento da Apufsc no seu capítulo 2, artigo 17, vemos que assembleias gerais podem ser solicitadas pelo CR, ou por requerimento de 5% dos associados, ou pela diretoria. No parágrafo 1, está bem claro que a convocação de AG pela diretoria deve ser feita caso o CR não possa se reunir, ou em caráter emergencial em assuntos que dizem respeito à categoria. Assim, pelo regimento, não compete a diretoria se antecipar ao CR. Foi o que ocorreu. No dia 31 de maio, o CR deliberou por uma assembleia de indicativo de greve que ocorreria no dia 14 de junho. Nesse interim, a Apufsc solicitou que os vários centros discutissem propostas que seriam levadas à assembleia do dia 14 de junho. Pelo que sei, houve pouca participação dos centros nessa discussão preliminar; a do CFM, por exemplo, contou com a presença de apenas 5 pessoas. Vemos então que naquele momento havia pouco interesse pela greve por parte dos professores. É inacreditável que se critique a diretoria da Apufsc por isso, alegando que faltava informação, pois um acesso à página da Apufsc na internet prova exatamente o contrário. Diariamente (exceto fins de semana) são postadas as mais variadas notícias de interesse dos professores, inclusive notícias vinculadas ao Andes, o que serve para refutar a afirmação do prof. Fábio de que a Apufsc faz oposição sectária a Andes.

Prof. Fábio também lamenta que entre a assembleia dos dias 20 e 21 de junho que decidiu pela greve, e o início da mesma, dia 11 de julho, faltou ao então Comitê de Mobilização: “ações mobilizatórias, contato com as instâncias nacionais responsáveis pela condução do movimento, e a convocação de reuniões por Centro”. Não sei se o professor Fábio levantaria tal ponto caso a decisão da última assembleia fosse pela manutenção da greve. Mas, desconsiderando isso, será que professores precisam mesmo de atos mobilizatórios para se engajar numa discussão? Na verdade, o grau de mobilização dos professores é um indicio importante que precisa ser corretamente interpretado pelo sindicato antes de se pensar uma greve. O problema é que no Andes as greves são sempre determinadas e conduzidas por uma minoria que se faz atuante em deliberações que, em geral, não contam com uma presença expressiva de docentes. Assim, no Andes é sempre em relação a um universo minoritário que se mede a mobilização do movimento. Logicamente, para alguém acostumado a essa dinâmica andesiana é conveniente alegar falta de mobilização num sindicato como a Apufsc, quando assembleias ordinárias devem reunir um mínimo de 120

professores (5% dos associados), número provavelmente superior ao de associados da dita seção sindical da Andes na UFSC, isto para não mencionar os mais de 600 professores (25% dos associados) necessários para deliberações de greve.

Merece atenção especial a insistência do prof. Fábio para que o Comitê de Mobilização contatasse instâncias nacionais responsáveis pela condução do movimento. Isso se deve a percepção de que a nível nacional o governo não negocia com sindicatos que aglomeram poucas seções sindicais, o que afeta diretamente a Apufsc na condição de sindicato independente. De certa forma, tal preocupação faz sentido, contudo, tal situação começa a mudar com a movimentação para fundar a federação dos sindicatos independentes. Apesar disso, devemos lembrar que os associados da Apufsc aceitaram esse risco ao decidirem pela desfiliação do Andes. No momento, há dois sindicatos com o qual o governo negocia, o Andes e o Proifjes. Diante dessa conjuntura, cabe à Apufsc solicitar sua participação nas negociações com o governo, constituída como uma terceira entidade e, na negativa, analisar as propostas apresentadas na negociação com o governo que lhe seja mais favorável, quer seja do Andes ou do Proifjes. Não há, obviamente, um acordo entre todos os pontos de uma proposta e, portanto, escolhe-se a que se apresenta mais razoável. Assim, o Comitê fez a avaliação das propostas e fez uma recomendação à assembleia, que deliberou pelo fim da greve. A posição do comitê não me parece determinante para decidir os rumos da greve, os resultados opostos nas duas últimas deliberações em urna mostram isso, afinal, a posição do comitê não havia mudado. Na verdade, as pessoas votam pela consideração de vários fatores e não exclusivamente pelo que o comitê recomenda ou pelo que é dito nas assembleias. Vale muito mais o que elas refletem em particular, conversando com colegas, se informando e, finalmente, ponderando no que consideram melhor. É muito significativa, embora equivocada, a afirmação do prof. Fábio de que o Comando Local de Greve da Apufsc agiu com o único intuito de impedir o fortalecimento da Andes. Significativa, pois reconhece que a Apufsc tem força para se contrapor a um Andes que estaria então enfraquecido; e equivocada porque não há ninguém na Apufsc preocupado com isso. De fato, depois da desfiliação, penso que o Andes não tem importância alguma para a Apufsc.

Voltemos à questão da greve. Qual a razão da greve, afinal? Alguns dirão: salário, estruturação de carreira, melhores condições de trabalho, etc.. Perfeito! Como pensar então a questão complexa da estruturação da carreira? No mínimo, este tópico demanda a criação de um GT tendo como ponto de partida alguma proposta concreta. Poderia ser, por exemplo, a possibilidade de equiparar a carreira docente com as dos pesquisadores vinculados ao MCT. De qualquer modo, carreira não me parece um ponto que deva ser discutido de forma superficial, e enquanto não tivermos uma proposta consensualmente construída não deveria nem estar em questão. Enquanto perdurar isso, devemos tão somente evitar que o governo imponha uma reestruturação de carreira da qual nem tomamos parte na sua construção. Agora, não faz sentido algum o prof. Fábio afirmar que se passou a greve discutindo propostas abstratas sem nenhum resultado prático, transformando a greve em um simpósio universitário sobre salário e carreira. Primeiro

continua>>

OPINIÃO

porque, em relação à carreira, tal simpósio nem mesmo ocorreu e, segundo, se realmente tal simpósio tivesse ocorrido pelo menos a greve teria servido para uma melhor compreensão da questão.

Há algo confuso no discurso do prof. Fábio que precisa ser esclarecido. No penúltimo parágrafo de seu texto ele insinua que a Apufsc deve muito ao governo petista que, supostamente, nos deu certa trégua com reajustes espontâneos, afirmando então que a Apufsc fomenta um ambiente desinformado e despolitizado (este termo deve ser entendido como incluindo o partidarismo, como veremos a seguir). Ora, uma das razões que levou a desfiliação da Apufsc ao Andes foi exatamente a necessidade de despolitizar o sindicato no sentido de não permitir o aparelhamento da sua diretoria. Dentro do Andes isso é impossível, pois a sua associação com a Conlutas acaba alinhando o sindicato para os objetivos e diretrizes do PSOL e PSTU. O sindicato passa a ser então um instrumento de ação político-partidária e não mais um organismo de defesa dos interesses da categoria. Chamo a atenção do prof. Fábio de que as palavras costumam encerrar mais significado do que o uso comum revela. Assim, aquilo que classifica o Proifesc como pelego também faz do Andes pelego. Com efeito, potencialmente pode ocorrer que um dia PSOL ou PSTU se tornem governo (o que equivale a vivermos numa ditadura socialista), o que levará o Andes à mesma condição atual do Proifesc. Ou seja, o Proifesc de hoje é o Andes de amanhã, enquanto o Proifesc de amanhã é o Andes de hoje. Agora, coloquemos um pouco de racionalidade na discussão. Onde o PSOL e PSTU são melhores ou piores do que o PT, PSDB, DEM, PP, PSD, PTB, PDT, PP, PCO, PCdoB, PCB etc.? Afinal, são diferentes no que? Não é tudo partido político?

Definitivamente, o Comitê de Greve nos surpreendeu decidindo que todos os professores poderiam participar da deliberação pelo fim ou continuidade da greve. O que parecia uma heresia da Apufsc em subverter o que até então nunca havia sido proposto, ou sequer concebido como possível de regimentalmente ser feito, se mostrou eficaz e engenhoso. Eficaz porque evidenciou a forma verdadeiramente justa de tratar uma greve que afeta a todos – sindicalizados ou não; e engenhoso porque se tirou do Andes qualquer pretensão de representar, com suas assembleias esvaziadas, a opinião dos professores em relação à manutenção da greve. Com efeito, se o Andes alegar que realizou uma assembleia que decidiu pela continuidade da greve ela estará admitindo que não aceita a deliberação dos professores da UFSC na votação universal conduzida pela Apufsc, onde os próprios associados do Andes puderam participar. Insistir nisso revelará uma postura antidemocrática. Claro, sempre há uma saída, por exemplo, alegar que a consulta dos não-sindicalizados foi dificultada por ela ter se concentrado num único lugar (a sede da Apufsc). Imagino que a mesma crítica deva ser feita em dias de eleições obrigatórias aqui no Brasil, não é mesmo? Talvez o modelo das ditaduras socialistas, por exemplo,

a ditadura cubana, agrade os descontentes.

Prof. Fábio finaliza afirmando em tom profético: “Veremos o quanto vale transformar greves em simpósios acadêmicos. Veremos o quanto vale reduzir a atividade sindical a assinar um nome na lista e fazer um xis em um papel”. Essa assertiva me parece meio incompleta e ambígua. Do jeito que está escrita se concebe a atividade sindical unicamente do ponto de vista de sua manifestação coletiva em assembleias. Tem suas motivações. Com efeito, esse modelo assembleísta é essencial para o projeto da construção do modelo ditatorial socialista (isso começou com a espoliação dos sindicatos ingleses pelos marxistas no início da revolução industrial; algo que PSOL e PSTU repetem via a Conlutas). Na universidade, o assembleísmo usa o recurso de longas e intermináveis assembleias para desestimular a participação da massa de professores que se recusa a trocar sua função de docente pelo exercício do sindicalismo profissional (é aqui que se origina a falácia do discurso “produtivista” como forma de proteção daqueles que já não conseguem fazer nada academicamente original). Quando esse modelo assembleísta é substituído (no caso da Apufsc), os professores voltam a participar das decisões do sindicato usando seu tempo racionalmente, assim, o “X” marcado num papel reflete uma decisão de pessoas que pensam! Como vemos, isso só traz ônus para aqueles que desejam usar o sindicato para fins ideológicos. Agora, devemos nos perguntar se vale mais a pena o modelo assembleísta da Andes, altamente politizado e movido por frequentes assembleias reunindo poucos professores e que mais parece uma confraria de amigos, ou o modelo da Apufsc que por vezes mal consegue quórum em assembleias ordinárias, mas que, em decisões importantes, consegue reunir mais de 900 professores.

Em tudo o que se tem escrito e dito em assembleias por ocasião da greve, vejo uma ausência de qualquer preocupação com o efeito da greve na formação acadêmica dos nossos estudantes. Talvez tenhamos nos tornado egoístas e assim vemos nossa profissão como um mero negócio que se resume a uma relação patrão-empregado que se sobrepõem à nobre missão que a sociedade nos deu de formar nossos jovens. Talvez tenhamos perdido o sentido do que significa excelência acadêmica ao achar que a greve não causa transtornos irreversíveis nos cursos que ministramos, e por isso tratamos os conteúdos de forma superficial e sem a devida importância. Talvez tenhamos nos tornado cínicos a ponto de dizer que lutamos contra a precarização da universidade sem reconhecer que ao comprometer a formação dos nossos estudantes nós também passamos a contribuir para a mesma precarização. Qualquer que seja a causa, eu deixo que cada um responda por si e, de preferência, diante de seus alunos.

* Professor do Departamento de Matemática



Publicação quinzenal do Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina (Apufsc-Sindical)

ENTRE EM CONTATO

Endereço Sede da Apufsc, Campus Universitário, CEP 88040-900, Florianópolis/ SC
Fone/fax (048) 3234-5216 - 3234-3187
Home page www.apufsc.org.br
E-mail imprensa@apufsc.org.br

DIRETORIA GESTÃO 2010/2012

Presidente
Carlos Wolowski Mussi

Vice-Presidente
Rogério Portanova

Secretário Geral
Milton Muniz

1ª Secretária
Sandra Regina Paulon Avancini

Diretor Financeiro
João Randolfo Pontes

Diretor Financeiro Adjunto
Gerson Renzetti Ouriques

Diretor de Divulgação e Imprensa
Paulo Cesar Philippi

Dir. de Promoções Sociais, Culturais e Científicas
Mauro Eduardo Pommer

Diretor de Assuntos de Aposentadoria
Marcio Campos

PRODUÇÃO

Jornalista Responsável
 Clodoaldo Volpato (SC - 2028 JP)

Editoração eletrônica
 Gabriella Santos Bazzo

Revisão e textos
 Bianca Enomura

Impressão Gráfica Rio Sul
Tiragem 3.500 exemplares
 Distribuição gratuita e dirigida

O conteúdo dos artigos assinados é de responsabilidade dos autores